

# Movimento Sindical Rural na Zona da Mata de Pernambuco, Brasil: Assistencialismo e Novas Formas de Resistência, 1969 A 1974

*RURAL TRADE UNION MOVEMENT IN ZONA DA MATA OF PERNAMBUCO, BRAZIL: WELFARE  
AND NEW FORMS OF RESISTANCE, FROM 1969 TO 1974*

Mauro Guilherme Pinheiro Koury \*

## RESUMO

Este artigo abordará a problemática do sindicalismo rural e as novas formas de resistência na mata pernambucana, no período correspondente aos anos de 1969 a 1974. O Brasil nesta época foi considerado pelo regime ditatorial implantado em 1964 em estado de guerra interna, instalando-se um dos mais pesados períodos de exceção política. Foi executado um regime de terror político onde, suprimidas as liberdades individuais e grupais de pensamento e ação, tornaram-se corriqueiras com o *know-how* dos Estados Unidos práticas brutais de torturas a presos políticos, além de sequestros, mortes e desaparecimentos de pessoas suspeitas de oposição ao regime. O controle sobre o sindicalismo rural no período aqui recortado, bem como sobre todo o movimento sindical brasileiro, foi reforçado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em formas de constantes *blitzens* sob o pretexto de averiguações permanentes de práticas de *corrupção* ou de *subversão*. O movimento sindical, sobretudo o rural, foi absorvido também por práticas assistencialistas impostas de cima para baixo pelo Estado autoritário. Foi tolhido em sua ação de representação e defesa dos interesses de classe e transformado em apenas veículo dos programas assistenciais do governo federal. Essa passagem de uma política de representação de classe para uma política de apaziguamento dos conflitos trabalhistas e intermediação junto ao Estado vivenciado pelo movimento sindical rural em Pernambuco será o objeto central deste artigo.

**Palavras-chave:** Movimento sindical rural. Assistencialismo. Ditadura militar. Novas formas de resistência.

## ABSTRACT

This article will focus the problem of rural unionism and new forms of resistance in the Zona da Mata of Pernambuco, in the period corresponding to the years 1969 to 1974. The Brazil at this time was considered by the dictatorial regime implemented in 1964 in a state of internal war, and introduced one of the heaviest periods of exception policy. He was executed a regime of political terror which suppressed individual freedoms and collective thinking and action, have become commonplace with the know-how of the United States practices brutal torture of political prisoners, as well as kidnappings, killings and disappearances of persons suspected opposition to the regime. The control over the rural unionism in the period cut here, as well as all the Brazilian trade union movement has been strengthened by the Ministry of Labor and Social Security in ways *blitzens* listed under the pretext of ongoing investigations of corrupt practices or subversion. The trade union movement, especially the countryside was also absorbed by welfare practices imposed from above by the authoritarian state. He

---

\* Professor Doutor em Sociologia, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia e ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba. Coordena o GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções na mesma universidade.

was hampered in its action representation and defense of class interests and turned into the only vehicle assistance programs from the federal government. This shift from a politics of representation of class to a policy of appeasement of labor conflicts, and lobbying the state experienced by the rural labor movement in Pernambuco is the object of this article.

**Keywords:** Rural labor movement. Welfare. Military dictatorship. New forms of resistance.

## **1. INTRODUÇÃO**

Este artigo abordará a problemática do sindicalismo rural e as novas formas de resistência na Zona da Mata de Pernambuco entre os anos de 1969 a 1974, período marcado por um aumento do controle do aparato sindical. Período em que o movimento sindical foi absorvido por práticas assistencialistas, tolhido em sua ação de representação e defesa dos interesses de classe e transformado em veículo dos programas assistenciais do governo federal.

Essa passagem de uma política de representação de classe para uma política de apaziguamento dos conflitos trabalhistas e intermediação junto ao Estado vivenciado pelo movimento sindical rural será o objeto central deste artigo, bem como as formas de resistência a esse processo.

## **2. SINDICATOS E TRABALHADORES RURAIS: ESTRATÉGIAS DA SOBREVIVÊNCIA INSTITUCIONAL**

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais [STRs] colocados sob uma mordada institucional, a partir do AI-5, assumem como estratégia de sobrevivência uma ação meramente assistencialista. Afastados da ação reivindicativa e da política, usam o assistencialismo como forma de ampliação da rede sindical no campo. Em Pernambuco, são fundados sindicatos em um número considerável de municípios, e com novas datas de fundação são reabertos os extintos desde o golpe militar de 1964.

Esta ampliação da rede de STRs no país se tornou possível pela verticalização do sistema sindical no pós 1964. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE) e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) assumiram o controle da rede sindical em Pernambuco e no Brasil, tendo por trás de si a orientação dos setores mais conservadores da Igreja Católica. A ampliação da organização sindical no campo contaria também com o apoio do Ministério do Trabalho e Previdência Social [MTPS]. Com esse suporte o governo visava desenvolver uma tecedura de intermediações para os programas e estratégias de ação no campo. Durante o período de maior exceção política, os anos de 1969 a 1974, os sindicatos rurais praticamente triplicaram o número de sedes nos municípios pernambucanos e em todo o Brasil (SILVA, 1979).

O movimento sindical rural define enquanto instituição voltada para a defesa das categorias por ele representadas; sua ação se volta quase que exclusivamente para o plano assistencial: o oferecimento de serviços de assistência médico-hospitalar, orientações e encaminhamento de aposentadorias, entre outros. O retrocesso da representação coincide com a reformulação do Estatuto da Terra. A dificuldade dos sindicatos de opinar e lutar pelos direitos dos trabalhadores facilitou a chamada modernização no campo, baseada na ampliação da política de concentração de terras e a de expulsão em massa de trabalhadores.

Os diversos impedimentos da estrutura sindical rural e o seu envolvimento na política assistencial aprofundaram o processo, iniciado em 1964, de descrença dos trabalhadores nos sindicatos. Passaram a ser visualizados mais como órgãos de prestação de serviços do que órgãos de representação. Um esvaziamento subsequente da participação dos trabalhadores no interior dos sindicatos rurais foi sentido, embora, em aparente contradição, tenha aumentado o número de afiliações. Contradição que se torna mais aparente ainda se é levada em conta o papel assistencial assumido naqueles anos pela estrutura sindical como um todo.

Em entrevistas realizadas durante os anos de 1973 e 1974 pelo autor com trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco, foram perguntados os motivos de estarem associados aos sindicatos rurais. Todos os entrevistados, invariavelmente, responderam que era porque o sindicato rural do qual participavam ajudava-os e a suas famílias quando necessitavam de ajuda médica e hospitalar. Não acreditavam, porém, que os sindicatos pudessem resolver conflitos de terras ou trabalhistas.

Na entrevista com um antigo morador de engenho, ameaçado com outros de expulsão, se tem uma ideia mais precisa dessa visão. Diz o seu depoimento:

*"... a gente reuniu todo o pessoal morador e resolveu ir até o sindicato. Chegando lá a gente falou com o homem e ele disse que o sindicato não era prá resolver esse tipo de problema não. Ele disse prá gente: - 'vocês querem ficar na terra do homem na marra? Tome cuidado, isso é coisa de grevista, de comunista, o sindicato não se mete nisso não...'. Ô moço, o senhor acha que é coisa de grevista a gente querer continuar morando nas terras onde a gente trabalha, e aonde muitos de nós nasceu e foi criado?..." (Manuel Silva dos Santos, entrevista ao autor em 1974).*

A mesma ideia se pode perceber, também, na retórica do então presidente da FETAPE, Nativo de Almeida Nascimento. Para Nativo,

*"... os sindicatos pouco ou nada têm feito para melhorar o salário dos trabalhadores. Greve não pode fazer. De boa vontade os patrões não concedem. Fica os trabalhadores a espera das decisões governamentais..." [E prossegue] "... em sua maioria, os sindicatos dos trabalhadores rurais de Pernambuco funcionam como órgãos figurativos, apenas voltados para o campo do assistencialismo, como médico, dentista, hospital, remédio, etc.. Isto em virtude da inconsciência da maioria dos dirigentes sindicais da missão que lhes foi confiada. Da inconsciência da maioria dos trabalhadores rurais do que é sindicato e dos seus objetivos. Da pressão patronal contra o movimento sindical. De todo a sorte de violência contra vários trabalhadores e dirigentes. Daí se desencadeia o processo de medo, anestesiamento e o comodismo de muitos".*

O processo de descrédito nos organismos sindicais no campo se vê reforçado por dois aspectos importantes da política sindical dos anos de exceção: o primeiro descreve o ardil dos

processos trabalhistas, quando encaminhados pelos sindicatos para as Juntas de Conciliação e Julgamento - JCJ. O advogado sindical Mozart Borba Neves, ao tratar do assunto, mostrou que

*“... as usinas demitiam os trabalhadores em grande número. Esses procuravam os sindicatos que datilografavam as reclamações e enviavam para a JCJ. O advogado não via o trabalhador em nenhum momento antes da audiência. Pelo grande número de reclamações a Junta marcava audiência de cinco em cinco minutos. As empresas colocavam pessoas de sua confiança perto da Junta e na maioria das vezes eram feitos acordos, na base de Cr\$ 1.000,00 ou Cr\$ 2.000,00, em preços da época, mais algumas telhas velhas e tijolos para construir um mocambo nas zonas periféricas das cidades do sul do Estado (Pernambuco). Nasceram nesta época em toda a zona da cana do Estado as famosas favelas nas periferias das cidades açucareiras... Mão de obra farta e abundante perto dos locais de trabalho, sem pagamento das obrigações trabalhistas” (Neves, 1979, p. 63).*

As reclamações trabalhistas passavam assim por um processo burocrático que impediam qualquer possibilidade de reivindicação, por mais *boa vontade* que houvesse dos sindicatos rurais. Passivos à burocracia da justiça do trabalho, os sindicatos serviam de simples intermediários entre trabalhadores e JCJ. Em muitos casos, não dando sequer a assistência jurídica necessária aos trabalhadores com processos na justiça trabalhista, como informa o relato acima transposto, em que o advogado não tinha nenhum tipo de contato com o trabalhador antes da audiência.

O segundo aspecto faz referência à não participação dos trabalhadores *clandestinos* nos sindicatos de trabalhadores rurais, e à falta de interesse dos sindicatos em trabalhar com esta categoria. As lideranças sindicais através da difusão da ideia de que o sindicato é dos associados e não dos trabalhadores, contribuíram bastante para o afastamento dos trabalhadores rurais *clandestinos* de suas bases. A associação ao sindicato dependia do vínculo empregatício estável dos trabalhadores, os chamados *moradores* ou trabalhadores *permanentes*. Estes trabalhadores possuíam carteira de trabalho assinada e gozavam a possibilidade do usufruto dos direitos trabalhistas. São conhecidos pelo nome de trabalhadores *fichados*.

Os trabalhadores temporários, na nomenclatura regional, são conhecidos pela denominação de *trabalhadores clandestinos*. Em outras regiões do país são chamados de *bóias-frias*. Os *trabalhadores permanentes* ou *fichados* que possuem direitos trabalhistas, no período, ainda eram, maiormente, compostos por trabalhadores que residiam na propriedade em que trabalhavam, e eram conhecidos pelo nome de *moradores*. Diferente de anos anteriores, porém, no momento já não lhes eram permitida a posse de uma plantação de subsistência, i.é, um *roçado*. A grande maioria se encontrava envolta em processos de expulsão das propriedades.

Os dois aspectos aqui traçados agiam no sentido da desmobilização e da ausência dos trabalhadores rurais nos sindicatos. O movimento sindical, assim, entra em refluxo, ao não demonstrar interesse pelos *clandestinos* e não tendo força de representação junto aos associados, os *permanentes*. Desacreditado, realizava *apenas* uma política assistencial e uma ação trabalhista obstruída pela burocracia da justiça do trabalho. Os STRs transformaram-se em fator de entrave às lutas e reivindicações, mesmo econômicas. As lideranças ao se sujeitarem aos desmandos da burocracia tornaram-se *pelegos*, isto é, carreiristas no sistema

sindical atrelado ao Estado. Os objetivos do movimento eram assim traçados como os de promoção da harmonia entre o capital e o trabalho. Quando possível, a estrutura sindical era por eles usada no sentido de desmobilizar qualquer reivindicação e questionamento dos seus representados.

Mesmo entre os sindicatos cujas diretorias se esforçavam para a realização de um trabalho mais representativo dos interesses dos trabalhadores, suas ações se viam enfraquecidas pelo aparato burocrático em que estavam envolvidos. A justiça do trabalho impedia a possibilidade de uma ação legal de maior visibilidade. Quer pela morosidade burocrática, quer pelo engavetamento dos processos trabalhistas em seu poder por meses e, às vezes, anos seguidos. Sem força de pressão, os sindicatos terminavam servindo de intermediários de acordos entre as partes litigantes, que beneficiavam no conjunto o patronato. Em troca do final de uma ação trabalhista, os sindicatos, através de seus advogados, orientavam os trabalhadores a aceitarem acordos desfavoráveis. Nas formas as mais variadas possíveis como as de receber uma terça parte do quanto lhes era devido, ou receber uma *palhoça* em uma *ponta de rua*, como são conhecidos os bairros nas periferias das cidades do cinturão açucareiro pernambucano.

A justiça do trabalho bloqueava os processos, alegando superlotação de ações. Ao assim agir, forçava os trabalhadores envolvidos, via sindicatos, a aceitarem propostas não vantajosas de acordos com o patronato, devido ao longo tempo de espera e às pressões, às vezes violentas, sofridas no decorrer do processo. O retardamento das ações trabalhistas impelia à intermediação do aparelho sindical em favor de ganhos para o capital. O STR, através de sua assessoria jurídica, aparecia como o organismo que orientava os trabalhadores a aceitarem propostas de acordos por baixo, "... *alegando a demora da ação das juntas e de que era melhor receberem alguma coisa como indenização do que não receberem nada*", segundo depoimento de um assessor sindical ao autor em 1975.

Como forma de sobrevivência institucional, os sindicatos rurais se fechavam aos questionamentos dos trabalhadores e se abriam à intermediação em favor do capital, junto ao Estado. Qualquer possível resolução era deslocada para as mãos do MTPS, através das DRTs e dos TRTs. De outro lado, os sindicatos serviam como amortecedores de tensões, ao agirem junto aos associados no sentido de aceitarem propostas não favoráveis de acordos às suas reivindicações, e ao acomodarem-se às práticas assistenciais como ação principal. O que só fazia salientar a ineficácia do aparelho sindical atrelado ao Estado para uma ação de representação dos trabalhadores rurais.

Em um relato pungente feito pelo historiador Antonio Torres Montenegro (2001, p. 180), fica evidente esses limites impostos, na época, pelo movimento sindical e, aqui, pela FETAPE, em particular. Montenegro relata uma das marcas que ficou "*gravada de forma indelével (em sua) memória*" de adolescente. Fala do pedido de demissão de seu pai, então advogado da FETAPE, pela decisão da presidência do órgão de "*não envolver-se*" com o processo de violência praticado a mando do proprietário do engenho Matapiruma, localizado no município de Escada, na Mata Sul do estado, em maio de 1972, contra três trabalhadores.

Este episódio exemplifica os *cuidados* do sindicalismo de então com uma ação mais afirmativa de representação de classe. Na memória de sua adolescência, do episódio relatado pelo pai "*inúmeras vezes, na hora do jantar*", esta omissão da Federação de assumir o caso de violência contra trabalhadores sob sua jurisdição cria uma tensão que invade a casa do agora historiador, pois,

*"meu pai pede demissão do cargo de advogado que ocupava na Federação e fica praticamente desempregado. Argumentava que não tinha mais o que fazer num órgão criado para defender os*

*direitos do trabalhador e que, num caso como aquele, decide omitir-se" (MONTENEGRO, 2001, pp. 180 a 181).*

Uma tensão que revela o medo da FETAPE de partir para uma ação representativa em favor dos trabalhadores, para garantir a estrutura sindical em funcionamento. Um dilema que percorre toda a rede sindical rural nos anos que vão do golpe de 1964 até o final da primeira metade dos anos setenta.

Dentre as várias questões para debate sobre as contradições do trabalho sindical e dos esforços realizados nos limites da ação sindical em Pernambuco, se encontra a questão do trabalhador rural *clandestino*. Questão bastante singular neste contexto: primeiro, porque os sindicatos foram responsáveis pela exclusão dos trabalhadores de suas fileiras com a difusão da ideia do *sindicato para os associados*. Segundo, porque o grande contingente de força de trabalho na Zona da Mata era composto por *clandestinos*. Terceiro, enfim, porque os anos 1970 coincidem com um novo processo de expulsão de moradores e foreiros da *agroindústria* açucareira, levando um grande contingente de mão de obra permanente para o trabalho temporário, engrossado, como sempre fora, pelos trabalhadores do Agreste, expulsos pela expansão do gado e de pequenos proprietários ou arrendatários que complementavam, nas épocas de colheita ou plantio da cana, a renda familiar com o trabalho temporário e clandestino na *agroindústria* açucareira.

Ao excluir esse contingente de trabalhadores dos quadros de representação sindical, os sindicatos voltavam as costas para os interesses da maioria dos trabalhadores das categorias que diziam representar. Mesmo quando no trato da pequena faixa de trabalhadores permanentes associados, a burocracia que envolvia o movimento sindical de então ao Estado dificultava e quase impedia que as queixas contra os desmandos do patronato, e transformadas em processo pelos sindicatos e encaminhadas às juntas trabalhistas, obtivessem ganhos de causa. Seja pela longa espera a que eram submetidos para o julgamento dos processos, o que permitia quase sempre a prática dos *acordos por baixo*; seja pela arbitrariedade dos juízes ligados por laços econômicos ou familiares ao patronato do açúcar.

O que se quer frisar é a contradição vivida pelo movimento sindical entre ser um órgão de representação dos trabalhadores ou um órgão de cooptação aos interesses do Estado e do capital. Contradição que pode ser sentida também na CONTAG. Em abril de 1976, em um discurso intitulado "*Mensagem aos Trabalhadores Rurais do Brasil*", José Francisco da Silva afirmava ser a finalidade da CONTAG

*"colaborar com os poderes públicos e entidades sindicais no estudo e solução dos problemas que se relacionam com os trabalhadores e a economia no meio rural..." (Silva, 1971a, pp. 2 e 3).*

Esta contradição se encontra presente no *voltar as costas* para o contingente de trabalhadores temporários, e os permanentes não associados. Encontra-se estampada também na dificuldade, quando não impossibilidade, de representação dos chamados associados *em dia* com as mensalidades sindicais.

Envoltos na burocracia, os sindicatos não tinham meios de fornecer uma política de apoio às lutas e reivindicações mesmo dos seus associados. Agiam, antes, como uma espécie de canal de cooptação e amortecimento dos trabalhadores, levando-os a aceitarem acordos desfavoráveis com o patronato, em grande número de casos. Acordos que serviam, muitas vezes, como aceleradores do processo de transformação do trabalhador permanente, do foreiro e do pequeno produtor independente em trabalhadores temporários.

Os sindicatos se encontravam, assim, impossibilitados de porem em prática uma representação legítima orientada para a defesa dos interesses, mesmo dos seus próprios associados. Até para aqueles *em dia* com as suas mensalidades, na prática cotidiana, agiam em função das necessidades do capital, acelerando o trabalho clandestino no campo ao forçar os trabalhadores com ações na justiça a acordos desfavoráveis ou, mesmo, impelindo-os, através da coação branca ou do convencimento, a modificarem suas reivindicações, suas queixas e resistências diárias em ações judiciais simples e burocráticas, afastadas de um *continuum* de representação. O longo relato abaixo, quase um lamento, auxilia a visualização do problema, exemplificando-o.

*... Quando a gente resolveu ir pro sindicato foi porque a coisa tinha ficado braba. A gente tinha acertado com o velho que comprava as terras dele com o sacrifício da gente. Aí o velho morreu e os filhos dele disseram prá gente ir embora. E eles deram um prazo prá gente. A gente se reuniu e disse que não podia sair porque nesse local nós já trabalhávamos há muito tempo; tinha casa, tinha roça e muito de nós nasceu e se criou aqui. Os filhos do velho disseram prá gente que se nós não saíssemos ia passar o trator pela roça e pela casa da gente. Aí então a gente foi pro sindicato. O advogado falou prá gente que a gente podia agir na justiça contra os filhos do velho. Mas falou também que a coisa é demorada e que a briga vai ser feia. E que os filhos do velho vão ficar mesmo com as terras e não vão dar nadinha prá gente. Que era melhor a gente fazer um acordo com os filhos. A gente falou prá ele que não queria ficar com as terras do velho na marra, não senhor! A gente falou que já tinha falado com o velho e o velho tinha aceitado antes de morrer que vendia as terras prá gente. Os filhos dele é que não querem vender. Não querem fazer cumprir o cumprimento da conversa do pai com nós. Quer colocar a gente na rua. O advogado falou que os donos da terra vendiam a terra se quisessem porque a terra era deles e a gente não podia fazer nada. O que ele podia fazer era conversar com os filhos do velho e fazer um acordo para que eles pagassem as benfeitorias que a gente tinha feito nas terras dele. As árvores fruteiras, a roça e as moradas da gente. Mas a gente, primeiro, tinha que desocupar as terras e entrar com um processo na justiça e esperar o resultado, que poderia demorar. A gente saiu do sindicato e ficou de pensar. E tamos todos individidos. Tem uns que acham que é o jeito, porque a gente é pequeno; tem outros*

*que falou que morria debaixo do trator mas não saia não. ... A gente sai daqui e vai prá onde? vai morrer na miséria? vai ser esmoléu? ... A coisa é triste menino!”... (Antonio José de Luna, líder de um grupo de foreiros da Mata Sul de Pernambuco, entrevista realizada pelo autor em 1973).*

Neste relato, ficam claras algumas questões importantes na discussão e análise da questão da resistência camponesa e da questão sindical. A primeira questão, sobre o processo inicial de resistência, esclarece a ideia desenvolvida por Barrington Moore Jr.(1987). A quebra de um contrato verbal de que o dono do engenho venderia as terras para os seus foreiros, e que estes pagariam aos poucos, de acordo “*com o sacrifício da gente*”, isto é, de acordo com o que iam conseguindo anualmente do resultado do trabalho na terra, originou um sentimento de injustiça e de insegurança quanto ao futuro, e levou os foreiros a buscarem formas alternativas para conseguir os seus objetivos: a posse da terra. A morte do dono das terras e a nova definição dos herdeiros quanto à forma de venda da propriedade causaram esse sentimento de insegurança. O que fazer com a nova situação, com o não cumprimento do acordo verbal com o proprietário agora morto, pelos herdeiros? Era a pergunta que não cessava de ser repetida pelo grupo de trabalhadores.

Nesta nova situação criada pela imposição de retirada das terras pelos herdeiros, os foreiros procuram o sindicato de quem eram filiados. Encontram resistência da diretoria de assumir o caso diretamente, mas, em todo caso, a direção sindical encaminhou os foreiros para o setor jurídico com quem tem várias reuniões. Em todas elas, o grupo de foreiros repete a história de que eles “*não queriam ficar com as terras do velho* (proprietário morto)... (e queriam, sim) “*fazer cumprir o cumprimento da conversa do pai com nós*”, que era a promessa da venda da terra aos foreiros.

Esse ponto de honra de um contrato verbal que assegurava a eles a compra da terra era, para os foreiros, o grande argumento: existia um contrato verbal que os herdeiros agora não queriam cumprir. Uma transcrição pública, usando a terminologia de James Scott (1990), que impõe um código moral de compromisso: embora verbal e ritualizado através de uma garantia vaga de uma promessa feita pelo proprietário (o *velho*) agora morto. E é sob esse compromisso moral que foram ao sindicato para garantir esse contrato e se chocaram com as dificuldades criadas pela direção sindical e por uma atitude jurídica não condizente, no olhar dos foreiros, com o contrato firmado com o proprietário morto.

Daí a insistência em afirmar que não eram ladrões, que não eram desordeiros, que não queriam ficar na marra na terra, mas, sim, adquiri-la, comprá-la, nos moldes do contrato verbal, ou da promessa, do velho proprietário. E é nesse mesmo argumento do contrato verbal que os advogados do setor jurídico do sindicato contradiziam a leitura dos foreiros: a terra é dos herdeiros, se eles dizem para vocês saírem, vocês devem sair, pois o acordo com o velho proprietário não tinha nenhuma validade legal, foi apenas uma promessa vaga, sem nenhuma garantia formal de venda por parte dos herdeiros, ou mesmo do proprietário morto, se ele estivesse ainda vivo e mudasse de ideia.



O melhor era ou saírem ou entrarem em novo acordo com os herdeiros. Se os herdeiros não queriam vender as terras que pagassem, ao menos, pelas benfeitorias realizadas pelos foreiros ao longo dos anos. O setor jurídico do sindicato poderia, aí sim, encaminhar e intermediar este acordo. Embora demorado, era possível ganhar um bom acordo. Os foreiros, porém, teriam que entrar na justiça e desocupar a propriedade e esperar o julgamento para que fosse providenciado o pagamento das benfeitorias. Se eles insistissem em permanecer, poderiam até perder as benfeitorias.

O imponderável pareceu tomar conta dos foreiros. Em reunião entre eles, após a última conversa com o advogado sindical, alguns acharam que *“era o jeito* (deixar a terra de lado e tentar um novo acordo com os herdeiros) *porque a gente é pequeno”*, é o sentimento da inevitabilidade de que fala Moore Jr (1987), com uma espécie de elemento de tensão que caracteriza alguma coisa dolorosa ou desagradável com os quais não se pode nada fazer, pois revela o seu lugar na etiqueta social (*“a gente é pequeno”*), segundo Scott (1990). Esse elemento de tensão, que coloca o inevitável como interpretação de fraqueza, por outro lado, choca-se com a perspectiva de não ter mais onde morar e onde tirar o sustento das suas famílias. O que gera desconforto e, ainda, dentro do espírito da inevitabilidade, do sentimento de optar pela possível morte, mas não fraquejar, não ceder e não sair. Impor resistência.

A resistência, enquanto cotidianidade, de que fala Scott (2002) e Moore Jr. (1987), se coloca nestes interstícios frágeis da inevitabilidade, onde a posição social dos indivíduos é revelada (*“a gente é pequeno”*) junto do sentimento de impotência, que permite pensar na morte como estratégia de se impor ao inevitável (*“outros falou que morria debaixo do trator, mas, não saia não”*). Daí concluírem, no final da reunião, pela união de todos e pela permanência no lugar (*“tamos todos individuais”*), pois, afinal, não foram eles que quebraram o acordo e, já que talvez tivessem que sair, saísse pela morte, pelos tratores passando por cima deles: caso contrário, se cedesse como queriam os herdeiros e o advogado do sindicato, o que ia acontecer com eles de imediato: *“a gente sai daqui e vai prá onde? Vai morrer na miséria? Vai ser esmoléu?...”*.

A resistência se deu, então, pelo sentimento do inevitável, por não ter outra saída: pelo menos ficariam na terra até serem mortos pelos tratores<sup>1</sup>. Por procurar forças para permanecerem nas terras onde plantavam a gerações, até a morte de um trator passando por cima deles. A resistência uniu assim a inevitabilidade, o sentimento de injustiça, reforçando outro sentimento, o da dignidade, de que fala Moore Jr. (1987) e Sennet (2004), e o do reconhecimento, discutido por Honneth (2003), gerando união e formas de luta que levassem a uma existência digna possível.

Esse exemplo torna visível, por outro lado, as amarras em que se encontravam presos os sindicatos rurais, no período, em relação à representação dos trabalhadores: o apelo ao *legal* fazia os mesmos a não assumir qualquer tipo de reivindicação que não fosse as bases estritas da lei, fazendo uma leitura rígida do processo representacional e criando óbices para os interesses dos trabalhadores. O *legal* do sindicato feria, assim, o *legítimo*, das aspirações dos trabalhadores: no caso assinalado, o contrato verbal de venda da terra pelo proprietário morto, contrato não cumprido pelos herdeiros. O que deixava os trabalhadores à mercê e sem ter a quem recorrer para garantia dos seus direitos.

---

<sup>1</sup> Esse caso permaneceu em conflito até o ano de 1995, quando a área foi desapropriada e as terras permaneceram nas mãos dos foreiros que lá viviam com suas famílias. O caso foi depois acompanhado pela pastoral rural e pela ACR e, depois, com a retomada do sindicato local por setores mais combativos, por fim, em 1989, este assumiu a luta junto aos foreiros ajudando os mesmos no processo de luta pela permanência na terra.

O *sindicato dos associados*, lema utilizado pelo sindicalismo rural, não garantia a defesa dos direitos dos associados, mas sim os enquadrava na rigidez da lei, que diziam respeitar e cumprir. Qualquer ato que levasse a uma leitura diferente e mais ampla da legislação, que possibilitasse acampar a luta pelos direitos considerados justos e legítimos dos trabalhadores, era desencorajado.

A ideia de que o *sindicato é dos associados e não dos trabalhadores*, para melhor ser entendida, tem que estar relacionada, então, com a função primordialmente assistencial assumida pelo sindicalismo rural a partir de 1969. Transformados em executores e sedes de programas de ação social do governo federal, - em especial, do FUNRURAL, - os sindicatos suprimiram o esvaziamento político a que foram sujeitos a partir de 1964, e reforçado em 1969, com o novo fato de deter nas mãos a política assistencial para o homem do campo. O sindicalismo rural de posse deste controle buscou arregimentar os trabalhadores, difundindo a ideia de que só os associados teriam a possibilidade de obter os benefícios da PSR. A difusão desta ideia levou, de fato, a um novo aumento do número de associados aos sindicatos. Cresceu significativamente o contingente de trabalhadores que buscavam associar-se no intuito da obtenção dos benefícios dos programas assistenciais.

O sindicalismo no campo passou a representar a ideia junto às diversas categorias de trabalhadores rurais, filiados ou não, de executor dos programas assistenciais governamentais e, secundariamente, de informação sobre as *leis* para o homem do campo. Como bem indica o depoimento de um trabalhador permanente da Mata Sul de Pernambuco ao autor, em 1973:

*... acho necessário que eu me filie no sindicato porque ele dirige a gente. Ele tem carro, dentista, ele dá remédio e conselho prá nós parar de trabalhar quando chega a idade. Acho que ele devia prestar mais atenção também prá resolver as queixas da gente..., mas não sei se ele faz isso não. Mas tem advogado lá...*

O sindicalismo rural sobreviveu institucionalmente, assim, junto aos trabalhadores rurais, enquanto órgão assistencial. Sublimou a função de representação de classe, como buscara ser na sua origem, para se tornar um sindicato dos associados. Sindicato dos trabalhadores filiados e em dia com as contribuições mensais, e que gozam dos direitos trabalhistas e da possibilidade de serem atendidos pela ação social governamental, por ele executada. A ideia do sindicato dos associados, contudo, não foi originada no golpe militar de 1964. Teve início em 1931, e entrou com vigor na vida sindical do país nos anos de 1939 e 1940, através dos decretos-lei nº 1402 e nº 2377. Estes dois decretos previam a tutela sindical pelo Estado. A inclusão da instituição sindical entre as instituições de previdência social, portanto, vem de muito atrás, dos decretos-lei que dão corpo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Assim como a ideia do sindicato dos associados.

Na época da criação e expansão do movimento sindical rural, isto é, nos primeiros anos dos 60, contudo, este conjunto de leis, a CLT, era alvo de reivindicação das forças populares no campo. Os STRs embora não se encontrassem livres da interferência estatal buscavam, de um lado, a garantia dos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais via Estado, e por outro lado, por estarem politizados e reivindicativos desde as suas bases, impediam a sua veiculação enquanto órgãos meramente assistencialistas. Com o golpe de 1964, o Estado regula o aparelho sindical com uma aplicação rígida e aperfeiçoada da legislação do Estado Novo. Despolitiza a instituição sindical e a torna órgão de colaboração governamental. A implantação do sistema de PSR realizada em 1969, após a greve no município do Cabo, vem consolidar a função de cooperação dos sindicatos e de cooptação dos trabalhadores rurais.

Possibilita tornar a ação sindical em um tipo de ação meramente assistencial atribuída ao sindicalismo pelo Estado autoritário brasileiro. O sindicalismo rural passa a girar em torno da previdência social. O setor assistencial dos sindicatos sofre grande desenvolvimento, atrofiando outros departamentos em seu interior mais políticos e reivindicativos, entre os anos de 1969 a 1974. A ideia do sindicato para os associados é estimulada contra a ideia do sindicato para os trabalhadores.

Outro departamento que sofreria grande impulso no interior do sindicalismo rural de Pernambuco foi o ligado a atividades de lazer, treinamento e formação de lideranças. Para apoio e desenvolvimento de projetos sociais, cursos e treinamentos, bolsas para formação sindical nos Estados Unidos, construção de sedes e centros de treinamento e lazer, entre inúmeros outros programas, a FETAPE fez um convênio com o Instituto para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre [IADESIL], órgão do governo dos Estados Unidos, em 1969. Um dos resultados imediato do convênio foi a dotação de uma rede de equipamentos que iam da máquina de escrever e móveis de escritório até a construção de sedes e centros de lazer e treinamento, espalhados por todo o estado de Pernambuco. Nucleados na FETAPE, os recursos do IADESIL favoreceram a centralização e a verticalização da estrutura sindical no Estado, seja através de uma dotação orçamentária complementar aos sindicatos com recursos sobre o controle da federação, seja através do envio de lideranças emergentes para treinamento nos Estados Unidos, cujo processo seletivo ficava também aos seus cuidados.

As reivindicações dos trabalhadores nesse período foram sufocadas e suas formas de protesto e de luta silenciadas. A resistência cotidiana tornava-se invisível, com o trabalho de base sendo deslocado muitas vezes para as franjas dos sindicatos, impulsionando um novo tipo de movimento. Mobilização de fora para dentro, com o trabalho paciente de formação de um sentimento de insatisfação que se transformaria mais tarde em núcleos de oposições sindicais. Ou emergida do interior dos próprios sindicatos.

No segundo caso, começou-se a notar aqui e ali uma leitura das lacunas da legislação trabalhista e sindical, e um reforço dos departamentos jurídicos de alguns sindicatos foram realizados, principalmente na Mata Pernambucana. Embora ainda presos às regras de cooperação com o Estado foi-se esboçando nessa revisão lacunar uma ação de defesa dos interesses e do respeito à dignidade dos trabalhadores rurais. Houve por assim dizer, um esforço de aparelhar tecnicamente os departamentos jurídicos, instrumentalizando-os para, através do apoio aos conflitos cotidianos dos trabalhadores, reorganizá-los em função dos seus interesses.

#### **4.FORMAS DE RESISTÊNCIA**

Novas formas de mobilização e defesa dos interesses dos trabalhadores rurais se desenvolviam com lentidão, com os sindicatos de mãos amarradas a uma rígida legislação, e em sua grande maioria sob direções *pelegas*. O processo, embora moroso, caminhava em duas grandes frentes independentes, mas que se tocavam aqui e ali. A primeira ramificava-se a partir da Igreja Católica, ligada ao clero progressista seguidor da Teologia da Libertação. A segunda, por militantes de esquerda egressos da ação clandestina e esfacelados enquanto partidos ou organizações. Atuavam junto aos sindicatos ou em torno do espaço que ia sendo aberto pela Igreja.

Vários núcleos de trabalhos na Zona da Mata foram formados no período. Estruturados através da linguagem evangélica e da discussão de problemas cotidianos na esfera da vida e do trabalho dos homens do campo, organizavam encontros de várias comunidades para o debate dos interesses e carências comuns aos trabalhadores rurais. O *tornar comum* a problemática dos trabalhadores em cada encontro, tinha por finalidade retirá-los do isolamento individual ou de uma comunidade específica, ampliando, assim, a esfera

coletiva da reflexão política, no sentido dado por Arentd (1981) à construção do espaço público. A partir da metodologia das trocas de experiências e do mundo comum, chegava-se à questão dos sindicatos e das formas de resistências dos trabalhadores ao avanço e superexploração do capital<sup>2</sup>.

O golpe militar de 1964 esfacelou os movimentos sociais e os partidos políticos de esquerda. No campo, a repressão sobrevinda às organizações de trabalhadores rurais, - Ligas Camponesas e Sindicatos, - desmantelou suas estruturas, havendo inúmeras prisões e mortes de militantes. No período entre os anos de 1968 a 1972, foram realizadas algumas tentativas de reorganização de partidos políticos de esquerda, clandestinamente, no meio rural. As tentativas foram postas em prática sob duas formas. A primeira delas buscou entrar em contato com antigas lideranças sindicais, ex-militantes ou simpatizantes de partidos anteriores a 1964, ainda vivos ou sobreviventes, tentando recuperá-los para a luta sindical e partidária. Em Pernambuco, esse trabalho foi tentado pelo Partido Operário Revolucionário - POR, de tendência trotskista, no auge de sua dissolução.

O POR chegou completamente cindido aos anos de 1967 e 1968 por divergências internas, organizadas em torno de uma oposição à sua direção e à linha do *posadismo*. De acordo com o jornal *Em Tempo*, nº 105, de 01 a 14 de maio de 1980, a cisão atingiria também o comitê regional (Pernambuco e Fortaleza), acrescida de uma defesa a "... *uma posição mais favorável a um trabalho no proletariado rural*". Em 1969, o comitê regional elaborou um documento conclamando a "*unificação dos trotskistas*", gota d'água para a sua exclusão do POR. Após serem expulsos, os membros do comitê reúnem-se em um congresso clandestino e fundam uma nova organização: a Fração Bolchevique-Trotskista - FBT.

Organização não militarista, a FBT tentou desenvolver um trabalho junto ao "*proletariado rural*". Em Pernambuco, segundo dados de entrevista com um ex-militante do POR/FBT ao autor em 1979, através de contatos fornecidos por Júlio Santana, que se encontrava detido no presídio da Ilha de Itamaracá, sobre antigos líderes sindicais, especialmente na região de Barreiros e Rio Formoso, na Mata Sul do Estado, iniciou-se "... *uma tentativa de reorganização das massas camponesas*". De acordo com o entrevistado, essa experiência não passou de primeiros contatos com os ex-militantes. A maior parte das abordagens foi frustrada pelo receio dos antigos líderes de voltarem a ter uma participação mais ativa em uma época de intensa repressão. Muitos deles ainda não haviam se recuperado da violência sofrida ou visualizada no pós 1964. Outro motivo apontado pelo entrevistado foi o da descrença "... *na possibilidade de uma atuação consequente*" dentro das estruturas sindicais no campo. No momento em que se encontravam "... *sob intervenção ou nas mãos de pelegos, e sob condições difíceis para realização de um trabalho de massa no interior do regime autoritário*".

---

<sup>2</sup> Os dados sobre o período, no tocante às formas de resistência e novas modalidades de organização dos trabalhadores rurais, são ainda escassos e de difícil acesso. O que dificulta o trabalho de reconstituição da época. Nesse sentido, aqui, se procurará traçar as linhas gerais do processo, que podem ser consideradas, principalmente, como hipóteses para posteriores estudos. Esta reconstituição tem como base o material colhido em entrevistas e conversas informais realizadas diretamente pelo pesquisador ou por outro pesquisador ou veículo institucional, além de documentos como folhetos, jornais alternativos, panfletos entre outros, cujo acesso foi possível. Em muitos casos, como já foi dito, anteriormente, neste trabalho, não se utilizará os nomes próprios dos entrevistados, por solicitação direta de muitos deles, e a sua utilização se dará quando autorizadas ou quando públicas, isto é, quando publicadas em jornais ou outras fontes pesquisadas. As entrevistas que não puderem ter o nome próprio do entrevistado serão identificadas pela função ocupada pelo informante no momento da entrevista.

As tentativas de retomada do trabalho "... com as massas camponesas, enfim, caíram por terra", de acordo com o entrevistado, "quando a repressão nos primeiros anos do governo Médici desbaratou todos os aparelhos da FBT em Pernambuco e no Ceará". Segundo o jornal *Em tempo* acima citado,

*... a FBT considerava que não ia ser atingida pela repressão e que esta se voltava apenas para os grupos guerrilheiros. Não dando conta do refluxo do movimento de massas e incorporando certo triunfalismo em suas posições políticas - o ascenso das massas era 'constante e a crise do regime eminente' - a FBT descuidava totalmente a possibilidade de vir a ser golpeada. Em abril de 1970 começam as prisões de militantes no Nordeste por causa de um incidente em uma república de estudantes. Em quatro ou cinco dias a organização é totalmente desbaratada.*

A segunda forma se processou através do envio e fixação de alguns militantes, a maioria composta por profissionais liberais ou estudantes, no campo. De acordo com o relato de um entrevistado pelo autor, em 1979, ex-militante da Ação Popular Marxista-Leninista - AP-ML buscava-se "... através de uma vida comum com o proletariado rural, organizá-los para uma posterior resistência armada ao regime militar brasileiro". Esse tipo de trabalho foi realizado, sobretudo, pela AP-ML.

Márcio Moreira Alves (1974, p. 212/213), ao comentar o período, afirmou que

*... a liderança e a maioria da AP continuou por bastante tempo a ser de classe média, mas foram tomadas resoluções taxativas no sentido de mudar a composição social do movimento. Essa decisão, politicamente justificável e mesmo necessária, foi levada a limites extremos. Os quadros que se recusavam a converterem-se em trabalhadores não qualificados ou em camponeses eram acusados de desvios direitistas e imediatamente expulsos. Não se ofereciam alternativas de trabalho para os que decidissem permanecer no próprio ambiente social. Desta forma a AP ficou rapidamente reduzida a um núcleo de missionários extremamente dedicados.*

Em um documento mimeografado de meados de 1967, intitulado **Teses Políticas**, no item sexto: '*O Caminho, A Luta Insurrecional*', a AP-ML caracterizaria a guerra de guerrilhas como o caminho possível para a transformação brasileira. Segundo o documento, escrito sob influência maoísta,

*... impõe-se o recurso à forma de luta insurrecional conhecida como guerra revolucionária ou guerra de guerrilhas, cuja eficácia já está sendo confirmada por várias experiências históricas e cuja estratégia, sistematizada a partir dessas experiências, se adapta bem às condições em que se terá de desenvolver a luta revolucionária no Brasil.*

Esta forma de luta deveria ser precedida, de acordo com o documento citado, por uma etapa de "*preparação revolucionária*", isto é, "*de conscientização, mobilização e organização das forças populares para a luta insurrecional em todas as suas frentes e formas*". O desenvolvimento da luta armada, por outro lado, deveria ter como "*primeiro palco*" o meio rural, "*... onde são maiores as condições de resistência, particularmente nas fases iniciais em que as forças do povo são inferiores*".

O caminho da "*proletarização dos militantes*", segundo informa um entrevistado da AP-ML ao autor em 1979, deveria levá-los a viver e a sentir "... a vida operária e camponesa

*como ela verdadeiramente é".* Empregados em fábrica e na agricultura, buscavam "... *articular as massas para a guerra popular em processo*".

Em Pernambuco, a "*preparação revolucionária*" no campo se desenvolveu, sobretudo, na Mata Sul. Os militantes lá instalados conseguiram criar pequenos núcleos isolados na lavoura canavieira. Um grupo de militantes, inclusive, conseguiu desenvolver um trabalho de pressão junto ao STR do Município do Cabo, quando da greve de outubro de 1968. Os anos de 1969 a 1972, correspondentes à primeira fase do governo Médici, de intensa repressão aos movimentos de esquerda, especialmente àqueles ligados à luta armada, aniquilou os partidos clandestinos e pôs fim aos esforços de mobilização e organização dos trabalhadores rurais. Muitos dos militantes inseridos no meio rural de Pernambuco foram presos e bastante torturados. Alguns poucos conseguiram escapar e viveram o isolamento e o medo, sem quase contatos com o que restou da organização, segundo o entrevistado da AP-ML citado. Nesse período, também, foi desbaratada a organização conhecida como Partido Comunista Revolucionário - PCR. No município de Ribeirão, Mata Sul de Pernambuco, foi morto a tiros pela polícia o militante Manoel Aleixo da Silva, conhecido como Bernardo. Bernardo era o responsável pelo "*Setor do Campo*" do PCR.

O *Diário da Justiça*, de Pernambuco, de 19 de novembro de 1974, nas páginas 2704 a 2706, publica o edital de citação da auditoria militar sobre militantes do PCR no Estado. Segundo o mesmo *Diário da Justiça* é do PCR o documento intitulado: *O Movimento Camponês da Zona Canavieira de Pernambuco*. Este documento foi produzido por Palmeira, codinome de Amaro Luis de Carvalho, do PCR. Nele é realizada uma avaliação das condições de mobilização dos trabalhadores rurais para uma possível resistência armada à ditadura militar.

Com as organizações clandestinas em fase de intensa desarticulação, o trabalho de mobilização e resistência entre os trabalhadores rurais coube, a partir de então, particularmente, aos setores mais progressistas da Igreja Católica. Esse trabalho teve início alguns anos antes, e aprofundou-se com o processo de ruptura da Igreja com o Estado brasileiro após 1968. A *caminhada*, termo utilizado pela Igreja progressista para indicar o movimento em direção ao povo e o desenvolvimento da consciência popular, foi iniciada, segundo um entrevistado militante da pastoral rural católica, quando alguns segmentos do clero, seminaristas e leigos, "... *buscaram realizar um trabalho no meio rural, tanto quanto no meio urbano, de conscientização da população, através do Evangelho*".

A retomada da *caminhada* coincidiu com

*... o avanço das posições assumidas pela Igreja latino-americana, a partir da reunião de Medellín, onde se fortaleceu e se expandiu a Teologia da Libertação. As delegações do Brasil tendo tido um papel de destaque nesse encontro. (Militante da Pastoral Rural. Entrevista ao autor em 2002).*

Os setores conservadores da hierarquia católica, por outro lado, perdiam posição entre os bispos brasileiros. A CNBB "... *a partir de então, estimulava a ação católica... e dava mais apoio aos agentes pastorais que se ligavam a organizações populares*".

Segundo o entrevistado, esses segmentos da Igreja, apoiados na teologia da libertação, buscaram aprofundar o trabalho de "*conscientização popular*".

*"A ida ao povo se ampliava... [por um lado],... pelo fechamento dos seminários maiores e pela obrigatoriedade de vivência, pelos seminaristas, como parte de sua formação sacerdotal, com as classes populares". (Militante da Pastoral Rural. Entrevista ao autor em 2002).*

A constituição de pequenas repúblicas de seminaristas nos bairros periféricos das grandes cidades e povoados do interior, na época, tornou-se frequentes. A moradia nos bairros populares tinha como propósito, para o entrevistado,

*"... perseguir o objetivo de vivência com a realidade concreta, e possibilitar a fundação, através de um trabalho paciente junto à comunidade onde moram, de pequenos núcleos de base com sentido à evangelização". (Militante da Pastoral Rural. Entrevista ao autor em 2002).*

O trabalho de evangelização passou a ter como "*princípio base*" a opção desses cristãos para um trabalho junto ao "*povo*". A constituir-se no interior de um processo de luta para a libertação desse povo.

*... Esse tipo de opção fez com que os núcleos de engajassem num processo de recuperação e mobilização política das classes trabalhadoras, através da vivência e do encaminhamento de discussões sobre as questões imediatas de sobrevivência dos trabalhadores. Questões essas que iam desde o dia a dia doméstico e problemas de infraestrutura das comunidades, até as questões salariais e trabalhistas mais gerais. Formam-se grupos dentro da comunidade, cuja finalidade encontrava-se centrada na organização de suas forças para reivindicações e buscas de soluções conjuntas para os seus problemas. Os quais eram discutidos e rediscutidos em frequentes reuniões. (Militante da Pastoral Rural. Entrevista ao autor em 2002).*

A nova experiência com trabalhos em comunidades de base teve início, no estado de Pernambuco, no então distrito de Ponte de Carvalhos, na Mata Sul, no ano de 1966. Prosseguiu com o trabalho da Operação Esperança, e através da expansão de outras instituições baseadas na Igreja Católica, como a Animação dos Cristãos para o Meio Rural - ACR e outras formas de ação pastoral rural. A ACR, que interessa em particular a este trabalho, foi fundada no ano de 1965, começou a ter uma expressão no meio rural e a expandir-se, contudo, a partir do ano de 1968.

Estas novas tentativas encontravam-se baseadas nos trabalhos até então desenvolvidos pela Igreja Católica e buscavam a formação de uma liderança rural, intitulada, no jargão católico de *animadores de base*. Estes teriam como função dar prosseguimento ao trabalho iniciado pelos agentes pastorais, - padres e sua equipe de leigos, - em cada comunidade.

Estes animadores, com o prosseguir do trabalho, deveriam tornar-se elementos chaves em cada comunidade, quer assessorando e arregimentando os grupos nela contidos, quer intermediando os contatos com as equipes centrais, - municipais, estaduais, nacional, - trimestral ou semestralmente, para encontros de aprofundamento e reciclagem, entre outros. Apesar das diferenças tênues ou marcantes, segundo a orientação dos diversos grupos que trabalhavam com a pastoral no meio rural, o processo organizativo e de formação de "*consciências críticas*" tinha em comum o discurso da autonomia dos agentes. Esse discurso assentava-se na visão de que cada um dos agentes se descobriria como animador na vida, na própria vivência cotidiana, criticamente, à luz do Evangelho.

O que se quer enfatizar é a questão do espaço que a Igreja Católica, entendida aqui, internamente, como uma correlação de forças, ocupou no meio rural de Pernambuco. Tem a preocupação também em ver como o espaço ocupado pelos setores mais progressistas da Igreja começou a ser igualmente utilizado por militantes oriundos de diversas organizações de

esquerda, esfaceladas naquele momento pela repressão no após AI-5. Particularmente, os militantes da AP-ML e do PCdoB tiveram importância destacada. Terá o cuidado de empregar tanto quanto possível a nomenclatura por ela utilizada no discurso de ida e reflexivo para a *caminhada*.

Com base no Evangelho, a Igreja caminhou em direção aos trabalhadores rurais e aos diversos *setores oprimidos* do país. Denunciou, segundo Comblin (1977), as injustiças sociais, criticou o modelo de desenvolvimento autoritário brasileiro e buscou orientar os trabalhadores na luta pelos direitos trabalhistas, pela dignidade individual e profissional e pela defesa dos direitos humanos. Grupos de Reflexão, Comunidades de Base, Núcleos de Animação, entre outras tantas denominações, foram desenvolvidos junto às paróquias de pequenas e médias cidades de Pernambuco e no interior das unidades de produção. Aqui, neste trabalho, particularmente, entre os engenhos e usinas do cinturão açucareiro, bem como unidades junto a paróquias do Agreste e do Sertão.

A resistência cotidiana, a formação de lideranças, a discussão da questão sindical, eram temas que orientavam o desenvolvimento dos trabalhos. Com as dificuldades de representação vividas na época pelo movimento sindical, o trabalho pastoral no campo se fez, sobretudo, às margens dos sindicatos. Muitas vezes em oposição aberta a eles, cujas diretorias, na avaliação dos núcleos de base, se encontravam compostas por dirigentes comprometidos com a situação vigente. A formação de comissões independentes do movimento sindical dava assim a tônica da ação de grande parte dos segmentos organizados e atuantes no meio rural de Pernambuco, ligados à Igreja Católica.

O trabalho de valorização da dignidade do trabalhador rural, realizado pela Igreja Católica no Brasil, e aqui, especialmente, em Pernambuco, através da Operação Esperança e de outros segmentos progressistas da pastoral rural, não escapou da repressão militar. De acordo com um agente pastoral entrevistado pelo autor em 1975,

*... nos últimos dias do mês de outubro de 1971, vários leigos e seminaristas pertencentes aos quadros da Operação Esperança, com ação no meio rural, sobretudo na zona canavieira, foram presos, torturados e soltos alguns meses após.*

Estes militantes desenvolviam ações junto aos trabalhadores rurais "*... refletindo os elementos cotidianos de vida e de trabalho e a política débil de representação, executada pelos sindicatos*". Procuravam criar assim núcleos de resistência no interior dos engenhos e usinas, que "*... deveriam servir, também, como elementos de pressão aos sindicatos descompromissados com os trabalhadores*". As prisões desses militantes foram feitas a partir de denúncia de um proprietário de terras na Mata Norte do Estado. O proprietário

*... dizia em sua acusação que os trabalhadores estavam sendo orientados por um grupo de comunistas ligados à Igreja de Dom Hélder, para tomarem as suas terras. (...) Na realidade, [segundo o entrevistado], o movimento dos trabalhadores era para que eles pudessem, além da moradia, reaver as condições de posse de uma roça. Lutava pelos dois hectares de terra para plantarem as lavouras de subsistência, segundo reza o Estatuto da Terra. [Com a denúncia, foram]... presos dois seminaristas, quando visitavam os trabalhadores. Através deles chegou-se pouco depois a outros agentes pastorais... (Agente Pastoral, entrevista ao autor em 1975).*

Em maio de 1972, ainda como consequência das prisões dos agentes pastorais, foi "*... desmantelado um aparelho do PCdoB, situado na Rua da Imperatriz, no Centro do Recife*", segundo o depoimento ao autor de um militante, simpatizante do PCdoB na época, envolvido



neste episódio. Nesta entrevista realizada no ano de 1974, alguns meses após sua libertação, o entrevistado informa que foram realizadas várias prisões, sobretudo de estudantes, - universitários e secundaristas, - e de militantes ligados à ação rural da Igreja.

Os militantes presos eram antigos quadros da AP que aderiram ao PCdoB, que tinham continuado o trabalho de mobilização e organização dos trabalhadores no espaço aberto pela Operação Esperança. Principalmente, segundo um agente pastoral entrevistado, por ser ela

*... vinculada a Dom Hélder, que apesar de sofrer ameaças e pressões dos grupos da direita católica e da ditadura, tinha todo o respaldo da Igreja nacional, através do CNBB, e tinha voz internacional. (Agente Pastoral entrevista ao autor em 1975).*

O espaço da Igreja, quando no processo de desarticulação dos partidos e organizações de esquerda no Brasil, e no meio rural de Pernambuco, aqui, em particular, como pode ser visto no depoimento acima, foi utilizado pelos militantes ainda em atividade. Usavam o espaço aberto pelas forças progressistas da Igreja Católica e o seu poder de pressão, como forma de dar continuidade ao trabalho de mobilização e organização dos trabalhadores.

A Igreja enquanto instituição, mesmo sofrendo intimidações, com prisões de agentes pastorais, leigos e mesmo padres e bispos, no Brasil, permanecia intocada pelo Estado autoritário. As correlações de força em seu interior, por outro lado, favorável e sob controle do clero progressista, impulsionava a tendência conhecida por Teologia da Libertação nas ações pastorais por ela praticadas. Como informou o agente pastoral entrevistado,

*... mesmo que vez por outra saísse chamuscada aqui e ali, pelas enormes pressões dos setores conservadores em seu interior e da ação repressiva do Estado, ou até por isso mesmo, permanecia aberta e reforçava a sua convicção de ser uma Igreja dos pobres; de permanecer aberta para a ação pastoral voltada para o povo. (Agente Pastoral entrevistado pelo autor em 1975).*

Convém lembrar, porém, que, embora com uma correlação de forças favorável ao florescimento e fortalecimento de uma ação pastoral de caráter mais progressista, a ação conservadora da Igreja, embora em refluxo em algumas áreas e sofrendo maquiagem em outras, continuava a existir. Alguns segmentos da pastoral rural em Pernambuco informam o agente pastoral entrevistado,

*... mantiveram um trabalho bastante conservador junto aos trabalhadores rurais, buscando boicotar todo e qualquer esforço de mobilização e resistência desses trabalhadores. (Agente Pastoral entrevista ao autor em 1975).*

Este estudo, porém, não se deterá de uma forma aprofundada, na análise desses segmentos da pastoral católica no meio rural.

### **3. IGREJA, SINDICATO E TRABALHADORES RURAIS: O CASO DA ACR EM PERNAMBUCO**

A ACR surgiu em Pernambuco no ano de 1965, com o nome de Ação Católica para o Meio Rural. Em 1968, passou a denominar-se Animação dos Cristãos no Meio Rural, com o objetivo de estabelecer uma distinção com o trabalho desenvolvido pela Ação Católica no Brasil, e por não assumir "... a postura política que os tornara alvos da repressão do novo regime implantado no país". A ACR definia-se, no princípio, como um movimento a serviço de todos os homens do campo. Em 1967, porém, houve uma redefinição de suas ideias, passando

a definir-se como um movimento preocupado com os mais pobres e os mais fracos, cujo desenvolvimento deveria realizar-se através da participação consciente e ativa no mundo (ACR, 1967).

A ACR a partir de 1969, dentro de um cenário mais geral, identifica-se com as tendências mais progressistas da Igreja Católica no Nordeste. Distinguiu-se delas, porém, por possuir um método de trabalho e uma forma de organização que lhes são particulares. A sua forma de organização está estruturada no redimensionamento do trabalho de base que busca, na formação de animadores, a valorização da vida humana através do contato e da reflexão da realidade vivida.

Como se realiza, no dia a dia, esse trabalho de base? De acordo com o depoimento de Padre José Servat ao autor, no ano de 1980,

*... o trabalho de base é feito através de uma apropriação singular do método 'Ver, Julgar e Agir', utilizado por quase todos os setores da Igreja.*

Essa "*apropriação singular*", segundo um documento produzido em 13 de outubro de 1978 pelo Padre Servat e Equipe da ACR (1978, p. 38), manifesta-se da seguinte forma:

*"Da Parte dos Militantes:*

*Procura conhecer a realidade do lugar e das pessoas visitadas;*

*Fazer amizades, conhecendo as pessoas, convivendo com elas, trocando experiências de vida;*

*Esforço de adaptação às situações e ao modo de vida das pessoas, para não forçá-las e não queimar etapas;*

*Partir quase sempre da vida e dos problemas do povo, utilizando um método nas reuniões. Esse método é utilizado de uma maneira muito simples, de início, e mais profundamente à medida que as pessoas vão despertando;*

*Preocupação de confrontar sempre a realidade vivida com o Plano de Deus;*

*Cuidado e a preocupação de não deixar as pessoas fixadas na reflexão, mas levá-los a partir da reflexão à ação, com ações bem concretas, pensadas e revisadas depois.*

*"Da Parte dos... Companheiros de Sítio:*

*Começam a ver de modo diferente a realidade, as causas de sua pobreza, o valor das pessoas e seus direitos;*

*A visão vai se alargando em círculos concêntricos: dos problemas individuais aos problemas do sítio; dos problemas do sítio para os problemas de outros sítios e povoados; destes, enfim, para os da classe rural e para o mundo;*

*Do mesmo modo verificam que as injustiças são como uma corrente, que encadeia não somente a eles, vítimas, mas também os patrões, que tudo é fruto de uma organização injusta da sociedade;*

*Nasce deles uma esperança nova de um mundo diferente. Esperança baseada na certeza de que sua união, reflexão e ação vão um dia fazer as coisas mudarem. Esperança firmada, sobretudo, no Plano de Deus, na fé em Cristo ressuscitado, o início e garantia de um Homem Novo, num mundo transformado".*

O trabalho da ACR, assim, busca combinar o trabalho de evangelização com o trabalho de conscientização do trabalhador no campo. A "*ação concreta contra a opressão e pela solidariedade de classe*" constitui o que a organização chama de "*a realização do Reino de Deus*". Para a ACR, "*... o Reino de Deus está de maneira misteriosa onde as pessoas se abrem, mesmo sem conhecer Deus, ao Plano Libertador*" (Servat e Equipe da ACR, 1978). Ao associar o

Reino de Deus ao Plano Libertador e aos que a ele se abrem, a ACR estabelece uma relação estreita entre vida temporal e vida espiritual. A segunda estando presente "*de maneira misteriosa*" no cotidiano dos trabalhadores, que procuram não submeterem-se e lutam por fazer prevalecer os direitos e valorizar o trabalho.

Cabe à ACR, desse modo, o trabalho de promover o Reino de Deus entre os trabalhadores rurais. O que significa, em outras palavras, que o objetivo da ACR, sua meta principal, é a de fomento ao desenvolvimento do processo de libertação do trabalhador no campo. O processo de libertação sendo entendido como composto de dois momentos distintos e simultâneos. O primeiro, pela reestruturação interior do sujeito, isto é, como momento de consciência. O segundo como transformação exterior através da luta por mudanças estruturais na realidade. Os dois momentos, - o de consciência e o de mudanças estruturais, - se interligam, por outro lado, enquanto processo de recuperação da dignidade. A noção de dignidade (Moore Jr., 1987 e Sennet, 2004) embora não explícita no conjunto dos documentos consultados da e sobre a ACR, e a maioria das vezes usada de forma indefinida e ambígua, está associada a três conjuntos de ideias. O primeiro como elemento subjetivo relacionado ao processo de consciência, individual e coletivo, expressa dignidade como respeito de si mesmo. O segundo conjunto, embora enunciando elementos de subjetividade, remete a uma relação social e profissional, ao expressar a ideia do trabalhador honesto e produtivo. O terceiro conjunto de ideias, por fim, liga à noção de dignidade a imagem de respeitabilidade, isto é, do reconhecimento profissional pela sociedade.

Esses três conjuntos de ideias que informam a noção de dignidade para a ACR são usados simultaneamente nos documentos elaborados e, aparentemente, sem o conhecimento preciso dos seus significados. Por outro lado, a noção de dignidade para a ACR, está relacionada também com o sentido expresso na ideia de processo de libertação. O processo de libertação, deste modo, se relaciona como integração e se realiza através da simultaneidade de movimentos que buscam recuperar o respeito pessoal e o reconhecimento profissional do trabalhador rural pela sociedade. O Reino de Deus, enfim, estaria no movimento, isto é, no processo de libertação, que se realizaria na recuperação da dignidade.

Munida deste instrumental difuso, a ACR buscou uma leitura da realidade brasileira e, em particular, da Zona da Mata de Pernambuco. Leitura militante e não intelectual baseada na ação dos seus quadros junto aos trabalhadores rurais. O que a colocou em uma posição singular no conjunto dos organismos ligados à Igreja. De um lado, ao acusar as outras pastorais rurais de cunho progressista de vícios intelectuais, entra em constante choque, ficando à margem de um trabalho comum. De outro lado, chamada de esquerdizante pelos organismos conservadores ligados às pastorais rurais, caminha isoladamente. Nos últimos anos da década de setenta, este isolamento definhará o movimento, sendo o seu espaço ocupado, contraditoriamente, pelos organismos pastorais de cunho mais tradicional, na Zona da Mata, e de cunho progressista, como a Comissão Pastoral da Terra - CPT, no Sertão, principalmente nas áreas de barragens.

A leitura que a ACR fez da Zona da Mata buscou retratar as condições de vida e de trabalho na agroindústria açucareira e as condições de organização dos trabalhadores, em uma análise do movimento sindical rural. Nesta leitura encontra os trabalhadores "... *oprimidos, explorados e injustiçados*" (ACR, 1973,). Para a ACR, o movimento sindical encontra-se em mãos de interventores e pelegos, e é o responsável pela condição de conformismo do trabalhador. Chama a ação sindical no meio rural do Nordeste, no pós 1964, de "*prostituição do sindicalismo*", fazendo eco ao grito da Ação Católica Operária - ACO (ACR, 1973).

Para a ACO,

... o medo amolece a consciência do dever classista e abre lugar ao peleguismo, pela convicção de que é melhor ficar do lado do

*patrão. Em qualquer estado do Nordeste, a análise objetiva e realista da vida sindical há de revelar (as exceções são poucas) que a omissão ou o afastamento das melhores lideranças operárias deixa o lugar vago para os oportunistas, que o ocupam para beneficiar-se. É a prostituição do sindicalismo... (ACO, 1967, p. 56).*

Ao concordar com a ACO na visão de um sindicalismo se prostituindo, a ACR abre-se para outra tendência do trabalho desenvolvido pela Igreja Católica: o fortalecimento das bases sindicais e a formação de uma liderança, visando uma posterior retomada dos sindicatos. Na sua VIII Assembléia Geral, realizada em 1973, afirma:

*... queremos um sindicato livre e autêntico... independente das autoridades. Um sindicato... que lute para que os trabalhadores façam as leis (e) que lute pela mudança da sociedade, (ACR, 1973, p. 81).*

Inicia, então, o desenvolvimento de um trabalho de oposição sindical, chegando a participar junto a outros grupos católicos progressistas do trabalho de formação e organização de núcleos de resistência no meio rural. O Centro de Defesa dos Direitos dos Pobres - CDDP, criado em 1973 na Zona da Mata de Pernambuco, por exemplo, foi um desses núcleos. O CDDP tinha por objetivo a defesa dos direitos trabalhistas no campo. Pela constatação do enquadramento do sistema sindical a um Estado autoritário e do peleguismo da maioria das diretorias sindicais, o Centro buscava encaminhar lutas trabalhistas de forma independente, através de assessorias, desenvolvendo um trabalho sindical *fora* dos sindicatos.

A atuação sindical fora dos sindicatos era encarada como uma forma de resistência cotidiana ao atrelamento dos sindicatos de trabalhadores rurais. Através da ação dos animadores, procurava

*... descobrir entre companheiros e conhecidos os que têm direitos sonegados, aqueles que estão sendo perseguidos injustamente, e convencê-los a enfrentar os opressores na justiça. (SERVAT e EQUIPE DA ACR, 1978, p. 33).*

Buscava demonstrar, desse modo, que a luta contra os efeitos extorsivos da exploração capitalista viabilizada na luta pelos direitos trabalhistas, poderia ser prosseguida com sucesso, mesmo em um período intenso de recesso político. Tornava possível, também, a missão evangélica da Igreja Católica, através de uma *caminhada* intensiva junto aos trabalhadores rurais.

A luta pelos direitos trabalhistas era desenvolvida simultaneamente a um trabalho entre os próprios *animadores*, buscando adaptá-los à prática sindical mesmo fora dos sindicatos, e encaminhá-los posteriormente à luta pela retomada, - *por dentro* no linguajar do CDDP, - do aparelho sindical. Este trabalho, contudo, era analisado e sentido com receio pelas diversas pastorais, entre elas, inclusive, vários membros da ACR. Neste sentido, é significativo o papel assumido pelo advogado sindical no CDDP. O envio de quadros e a necessidade de um reforço do setor jurídico dos sindicatos rurais se tornam metas prioritárias do CDDP, principalmente, na visão da ampliação deste departamento dentro e fora dos sindicatos. A equipe de advogados da CDDP atuava junto aos trabalhadores rurais na tentativa de organizá-los e mobilizá-los para a associação e para uma atuação junto dos sindicatos. Dentro dos sindicatos denunciavam e procuravam quebrar por dentro, no depoimento de um advogado sindical da CDDP ao autor, a prática dos sindicatos para os associados e ampliar a luta sindical para todos os trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que se empenhavam no trabalho de preparação de lideranças entre os trabalhadores rurais, para uma retomada dos sindicatos em mãos de pelegos, contraditoriamente, temiam lançar seus trabalhadores na disputa sindical. Temor este justificado pelo medo de perdê-los. O que, sem dúvida, manifestava o receio de atitudes conformistas a que estavam sujeitos os seus animadores ao saírem da oposição sindical sobrepondo a barreira do peleguismo, serem eleitos e virem a compor diretorias sindicais. Para a ACR,

*... quando se tornam presidentes do sindicato, os nossos amigos estão confrontados com os problemas da classe. Descobrem sempre mais a situação do povo sem-terra, sem trabalho, caçando emprego nas cidades, emigrando para o Sul. Apesar disso, o perigo é o conformismo. Vão algumas vezes esquecer tudo para consagrar-se à gestão do FUNRURAL e dos serviços de assistência. Alguns ficando muitos anos presidentes ou secretários tornam-se verdadeiros funcionários e não querem mais viver com os companheiros da roça. Facilmente as relações com as autoridades, os proprietários e a política provocam o peleguismo. O animador sindical não vai querer mais conflitos e vai deixar de assumir com o povo a defesa dos direitos fundamentais da pessoa. (SERVAT e Equipe do ACR, 1978, p. 34).*

A instituição sindical viciada transfere seus vícios aos dirigentes sindicais, por mais bem intencionados que possam ser. O perigo do conformismo fazia com que a ACR, se precavesse contra o lançamento de seus animadores à retomada dos sindicatos. O que os fazia optar por um paralelismo muitas vezes estéril, porque sem convicção outra que a fragilidade das lideranças no interior da ação sindical institucionalizada e a dificuldade dos seus animadores *por dentro* dos sindicatos se manterem íntegros e não corrompidos (KOURY, 1980). O medo era revisitado e trabalhado por uma afirmação do militante cristão para o trabalho pastoral em primeiro lugar. A prática sindical deveria ser precedida antes de tudo, desse modo, pela ação no interior das pastorais. É o compromisso cristão do animador com o movimento pastoral, reforçado pela missão evangelizadora, que se coloca como prioritário.

A evangelização é entendida como descoberta de Cristo nos homens, através da luta diária. Só a seguir vem o envolvimento desses animadores com o organismo sindical. Em outras palavras, é o compromisso consequente dos trabalhadores com o movimento da ACR que caracterizará uma atuação também consequente em outras esferas do movimento dos trabalhadores, como o sindical, por exemplo. Como informa um animador de base entrevistado pelo autor em 1976:

*... o sindicato eu posso deixar hoje mesmo, agora a ACR quando eu morrer, quem pisar por cima tem de reconhecer o cadáver.*

A questão do que seria sindicato para o movimento pastoral da ACR e qual seria a sua função junto aos trabalhadores rurais, se faz necessário responder. A resposta requer dois níveis de análise: o primeiro se refere ao posicionamento da ACR ao movimento sindical existente. A ACR define o movimento sindical como "*atrelado e passivo frente ao capital*", encontrando-se reduzido à

*função de serviço assistencial para doenças e a aposentadoria dos velhos, só administrando, quase sempre os serviços do FUNRURAL.*

Esta definição, por si só, coloca o movimento em choque com a estrutura sindical existente. O que leva a ACR a lutar contra o atrelamento e passividade sindical, em prol de uma nova organização sindical dos trabalhadores rurais.

*O verdadeiro sindicalismo deveria ser de livre escolha do camponês com a preocupação de organizar a classe para conquistar mais justiça e mais participação nas decisões locais e nacionais que condicionam o bem do campo. (SERVAT e EQUIPE DA ACR, 1978, p. 38).*

O segundo nível de análise, porém, diz respeito às formas específicas de atuação da ACR, especificamente, para o estabelecimento do novo sindicalismo. De um lado, a ACR se coloca como o *fogo* que irá "... fazer ferver a panela de feijão", que é o sindicato. De acordo com o depoimento de um animador de base, citado no documento redigido pelo Padre José Servat e Equipe da ACR (1978, p. 9),

*... a ACR, vamos dizer, seja um fogo. Vamos dizer que o sindicato seja uma panela de feijão fervendo. Então a ACR pode ser o fogo que vai fazer ferver, que vai fermentar as coisas.*

A ACR, porém, se põe fora do sindicato, por outro lado, ao procurar realizar um trabalho de oposição sindical, ou quase isso. "A diferença pro sindicalismo", - segundo o depoimento de um animador de base, e um dos fundadores do CDDP,

*não tem nenhuma. Porque do animador é se dar. Trabalhar para a classe pequena, e o sindicalismo manda que o presidente do sindicato faça o mesmo, seja o único porta voz do trabalhador. E por esse intermédio não tem nenhuma.*

Com essa mistura de argumentos a ACR se situa de uma forma ambígua em relação ao envolvimento com o movimento sindical. Reconhece, por um lado, a necessidade de mudar as estruturas atreladas do sindicalismo e busca formar militantes para tal. Afirma o perigo de conformismo, por outro lado, vivido pelos animadores envolvidos em gestões sindicais e procura frear seus passos. O que a faz optar, aparentemente, por um trabalho de permanente oposição. O que na prática se torna apenas um trabalho de evangelização, de encontro do indivíduo com ele mesmo. Da transformação do indivíduo em pessoa, através do evangelho e de uma possível leitura do sofrimento e das carências comuns aos trabalhadores.

Leva desta forma, ao máximo, para fora do sindicato, a luta pelos direitos do trabalhador rural, e tenta resolvê-los através de organismos como o CDDP. Executa, assim, dois tipos de prática: a primeira, de arregimentação e formação de núcleos junto aos trabalhadores rurais, em um trabalho intensivo de base, através da evangelização, buscando despertar o sentimento de injustiça e de defesa dos direitos dos trabalhadores. A segunda, de pressão à organização sindical existente, buscando viabilizar possibilidades de defesa dos direitos dos trabalhadores, mesmo em condições adversas.

Nos dois momentos, os militantes cristãos desempenham um papel importante na restauração do movimento político dos trabalhadores rurais, seja através do desenvolvimento de um trabalho de base, organizativo, seja através da manutenção da chama da resistência e do despertar do sentimento de injustiça social e da noção de pessoa. O que os faz querer ocupar um papel que deveria ser ocupado pela organização sindical, ou seja, o da luta pelos direitos dos trabalhadores rurais e conseqüentemente pelo desenvolvimento de novas práticas sindicais.

O trabalho junto às bases e a luta por um sindicato voltado para os trabalhadores ganham espaço junto ao trabalho de evangelização nos movimentos pastorais. É importante frisar que grande parte desses animadores de base ligados à ACR e às diversas pastorais no meio rural, tiveram vinculação passada, anterior a 1964, com o movimento dos trabalhadores rurais. Cassados, postos para fora dos sindicatos e impossibilitados de uma participação mais ativa na gestão sindical, de acordo com o depoimento de um animador, entrevistado pelo autor em 1976, restou o envolvimento com o trabalho pastoral. Ou nas palavras do entrevistado: "... o alinhamento aos movimentos de Igreja foi a única alternativa que restou para a continuidade à luta".

Pode-se discutir se a criação de organizações de oposição sindical, como forma de pressionar os próprios sindicatos e mobilizar sua base, tenha sido a forma mais correta de encaminhamento do processo de luta, naquele momento. Alguns autores afirmam que a criação de organizações paralelas prejudicava mais o movimento como um todo do que o ajudaram a recuperar-se e superar o período de exceção. Outros autores pensam o contrário e creditam nas oposições sindicais, formadas nos tempos de exceção, grande parte do processo renovador do sindicalismo no Brasil. Não importa aqui, porém, discutir qual das duas posições pode ser considerada a mais correta, embora seja necessário referenciá-las na discussão da época. Importa aqui, sim, analisar o papel assumido pela ACR enquanto elaboradora também de propostas e de núcleos em uma visão singular de oposição sindical no meio rural.

O caso do CDDP nesse sentido é exemplar. Composto por uma aliança entre diversas instituições com sentido pastoral, entre elas a ACR, o centro procurava de um lado, canalizar para si a luta em favor dos direitos trabalhistas no campo. Abria, assim, um espaço independente de atuação para as oposições sindicais. Denunciava a ação atrelada dos sindicatos e formava uma possível liderança sindical para o futuro.

Por outro lado, a ACR, porém, punha obstáculos à participação dos seus militantes, quando os mesmos buscavam concorrer a direções sindicais e imprimir-lhes rumos mais consequentes e condizentes ao discurso elaborado nas oposições. Os *freios* vinham revestidos de um discurso de temor sobre um possível conformismo e arrefecimento para a luta dos animadores, quando eleitos para diretorias sindicais.

O compromisso primeiro era para com o movimento de Igreja ao qual pertencia o animador. O trabalho prático do CDDP, assim, era podado e, principalmente, o da ACR, no seu interior, se revestia de uma grande contradição. De um lado, formação de lideranças e quadros de oposição sindical. De outro lado, impedimentos ao caminho de volta dos animadores aos sindicatos, sem fornecer em contrapartida nenhuma forma alternativa de organização para os trabalhadores que a tradicionalmente ocupada pelo sistema sindical. Sem desenvolver, também, nenhum projeto político mais amplo, fora a difusa missão evangelizadora, que possibilitasse uma atuação mais condizente ao discurso formador dos trabalhadores no interior de sua estrutura.

Nota-se assim a dificuldade de expansão do movimento católico no meio rural, principalmente, aqui, a ACR, junto aos trabalhadores, no período estudado. Embora de fácil penetração, o movimento só conseguia avançar até determinado limite nos seus contatos com os trabalhadores e nos compromissos assumidos em relação à forma de participação. Isso motivado por duas séries de razão: a primeira, porque os sindicatos apareciam para os animadores como uma possibilidade de luta a ser conquistada pelos trabalhadores. A segunda, pela fragilidade organizatória do movimento da ACR, não fornecendo aos seus militantes as bases concretas para uma atuação independente e mais ampla do que a atividade sindical propriamente dita. Restringia-se, no máximo, a um trabalho de formação de possíveis oposições sindicais, sem ida aos sindicatos.

Após determinados avanços junto aos trabalhadores, a ACR tendeu a perder seus quadros definitivamente para a organização sindical existente ou, contraditoriamente, pelo

lado mais evangélico, para outras pastorais, tanto as de cunho mais tradicional, quanto às de cunho progressista. Este fato é sentido principalmente a partir de 1974; ano em que as oposições sindicais tornam-se mais visíveis e começam a poder se expressar à luz do dia, como consequência das conquistas democráticas a nível nacional, que forçaram a um abrandamento ou redefiniram o aparato repressivo do Estado autoritário vigente.

Em 1972, por exemplo, foram assassinados vários trabalhadores de um engenho na Mata Sul de Pernambuco, em um conflito por questões trabalhistas. Com a omissão da FETAPE de encaminhar uma denúncia do episódio, teve início um movimento de reação liderado por vários dirigentes sindicais, principalmente dos municípios da Zona Agreste com fronteira com a Mata.

O movimento contou com o apoio da ACR e do CDDP no seu início. Elaboraram-se documentos, denúncias e encontros sistemáticos. À medida, porém, que o grupo começou a esboçar um plano de ação de envolvimento de vários sindicatos, visando o estabelecimento de uma oposição mais sistemática à FETAPE e um aprofundamento da questão sindical no meio rural de Pernambuco, a ACR e parte do CDDP desligam-se do movimento.

O motivo alegado para a saída foi o de abertura do movimento "*... para lideranças espúrias e pelegas*". O afastamento da ACR, movido por uma ação "*... de cima para baixo da equipe central, sem consultar as bases envolvidas*", segundo dados fornecidos por um entrevistado, em 1981, deu origem a uma cisão interna, perdendo parte significativa dos seus quadros, então, envolvidos com o movimento. Em 1978, enfim, o grupo de sindicatos de oposição e algumas oposições sindicais, conseguiram levar uma campanha vitoriosa e conquistaram a FETAPE. Neste mesmo ano, por outro lado, o trabalho organizativo da ACR junto aos trabalhadores rurais na Zona da Mata de Pernambuco, havia praticamente desaparecido.

Os animadores do movimento se encontravam naquele ano isolados e desanimados, havendo grande dispersão do trabalho de base. Muitos deles foram absorvidos pelas pastorais de cunho mais tradicional, e alguns outros prosseguiram uma prática sindical independente, segundo depoimento de um ex-militante da ACR, em 1981.

#### **4. NOTAS FINAIS**

É necessário afirmar, porém, a importância do trabalho desenvolvido pelos setores progressistas da Igreja Católica no meio rural, no período mais duro da recessão política que trata este artigo. O espaço de organização aberto pela Igreja, embora muitas vezes apresentasse ambiguidades nas formas e nos conteúdos de gestão das lutas dos trabalhadores, possibilitou caminhos e tentativas de formação e desenvolvimento de um trabalho intenso junto às bases sindicais. Criou, além, núcleos de resistência e ampliou as bases de reivindicação para um sindicalismo mais combativo, em algumas áreas estratégicas da Zona da Mata e do Agreste de Pernambuco, nos anos setenta.

Mesmo onde o trabalho organizativo era difícil, a atitude dos animadores cristãos foi a de armar um intenso programa de resistência, fazendo pressão aos sindicatos mais conservadores e na defesa dos interesses dos trabalhadores. O processo de resistência, onde parecia impossível o seu desenvolvimento, por uma atuação política e repressiva intensa, tendo o sentido, na maior parte das vezes, de uma luta cotidiana, diminuta, munida do processo evangelizador, onde o resistir parecia passar a ser um sinônimo de sofrimento, necessário e libertador, para a garantia do Reino de Deus. O que abria caminhos para a retomada futura dos sindicatos.

A questão das oposições é recolocada aqui, assim, em outros termos. De um lado, através da tentativa de demonstrar ao trabalhador rural que os sindicatos pelegos não



reivindicavam os direitos trabalhistas por não colocarem essa luta como sua função principal. A demonstração se dava, praticamente, quando se buscava agir no sentido de reivindicação desses direitos fora dos sindicatos, e os conseguindo em parte. De outro lado, através da busca de demonstrar no cotidiano que, para os sindicatos serem livres, se fazia necessária a presença de um trabalhador rural consciente e reivindicativo, disposto para sua classe e não interessado em si próprio ou na carreira sindical. Para isso procuravam reforçar as bases sindicais com um trabalhador aberto ao processo libertador, que só a vivência do evangelho na prática do sofrimento necessário à libertação possibilitava.

Uma das funções dos núcleos de comunidades de base nos engenhos e sítios, desse modo, seria a de preparar e alertar os trabalhadores para assumirem tal papel. "... o trabalho da gente", nas palavras de um animador rural entrevistado,

*é despertar todo cristão da vocação de ajuda aos outros que ainda não acordaram. É de fazê-los tomarem responsabilidade nos problemas vividos pelos sindicatos que não trabalham pelos trabalhadores, engrossando suas bases e brigando para que eles combatam pelos direitos da gente e não dos patrões. (Animador Rural da ACR. Entrevistado pelo autor em 1981).*

A ação das pastorais no meio rural, e da ACR, em particular, teve uma importância para o movimento dos trabalhadores nos anos de maior recessão política. Primeiro, porque levaram grande número de trabalhadores a militarem em seus quadros, despertando-os para a luta pelos direitos e para o trabalho de resistência e pressão aos sindicatos atrelados. Segundo, por conseguir atingir as unidades de produção onde trabalhava cada trabalhador. Criaram núcleos de comunidades de base no interior de cada uma delas, que funcionavam no trabalho cotidiano de evangelização, como comitês de reivindicação por local de trabalho: usina, engenho, sítio, entre outros possíveis.

No período estudado, funcionou como uma das poucas alternativas de organização dos trabalhadores no Brasil, oferecendo espaço, praticamente hegemônico, de resistência. As demais forças e organizações políticas esfaceladas pela repressão apoiavam-se nos limites organizatórios da Igreja, como vinculação necessária ao prosseguimento do trabalho de recriação de núcleos de resistência entre os trabalhadores e de rearticulação do movimento no campo.

O espaço ocupado pela Igreja progressista na organização dos trabalhadores, entra em um impasse ao longo do processo de retomada democrática no país. As organizações católicas, embora reivindicativas e de grande importância na formação de uma nova liderança, se encontravam sujeitas a óbices gerados no interior do projeto evangelizador da Igreja como um todo. O que as fazia levar a orientação das lutas dos trabalhadores até certo ponto. Até certo limite de reivindicação, logo obstaculizado, em muitos casos, por impasses contidos na ambiguidade conceitual do projeto libertador, enquanto Reino de Deus e do compromisso político do animador. Para a ACR, a partir de certo tempo,

*... o compromisso político parece tornar-se mais fácil. Grupos e partidos procuram tropas e animadores. Prometem muito e chamam os líderes do campo, aproveitando-se da boa vontade de servir a classe que existe neles. Sabemos que a ação política, em vista da transformação da sociedade, deve ser organizada e planejada. Como ajudar o camponês a participar, de olhos abertos, livremente, sem ser utilizado pelos políticos e intelectuais de classe média? Como ajudá-los na descoberta de uma organização política onde eles mesmos possam ser responsáveis das decisões? A ACR respeita a função própria de um partido. Mas sabe que tem uma grande missão a realizar na situação que vive o*

*trabalhador: o despertar sempre mais as consciências e revelar a fé. Uma fé que se torne motor de uma transformação verdadeira" (SERVAT e Equipe da ACR, 1978, p.35).*

Com o processo de redemocratização evidenciam-se os limites de atuação da Igreja e o reaparecimento das discussões sobre a questão do partido e do engajamento do cristão. A sociedade brasileira retoma o intenso debate sobre o seu destino e sobre os caminhos para o aprofundamento democrático no país. A hegemonia da Igreja enquanto oposição ao regime militar começa a ser diluído pela emergência de novas forças sociais também comprometidas com o processo de libertação e com projetos políticos alternativos de transformação social. A emergência destas forças sociais, enquanto partidos ou enquanto novas formas de expressão política popular levaram necessariamente a Igreja, ou partes dela, a uma reorientação.

O reaparecimento de novas forças se deu no interior das comunidades de base e núcleos de animação da Igreja; espaços, até então, hegemônicos da oposição e expansão das forças populares. A questão de novos projetos é sentida, por dentro, interna às comunidades de base e núcleos de animação, provocando uma série de cisões no interior dos núcleos e comunidades, acompanhada de questões sobre que novo tipo de orientação deveria seguir, ou tomar para si, a *caminhada*. Que caminho seguir? Qual a finalidade atual dos núcleos de animadores e das comunidades de base?

O papel da Igreja foi o de nucleação e organização das forças populares a partir do cotidiano de vida e resistência. A Igreja tendo optado por um trabalho mais próximo dos trabalhadores, forneceu o espaço para reorganização das oposições, assim como para o crescimento das forças populares. Estes últimos se descobriram como possuidores de direitos, e de que estes direitos só poderiam vir a ser conquistados e respeitados na luta diária e organizada.

Como elemento de união e organização dos trabalhadores, a Igreja progressista manteve acesa a chama de resistência às formas de exploração e sujeição. É nesse sentido, enfim, que se deve pensar a organização de núcleos de animadores e de outros organismos católicos na formação de uma nova liderança, e de união de velhos e novos combatentes para a reconquista de um espaço onde pudessem reivindicar e lutar pela cidadania e a reconquista da democratização no país.

## REFERÊNCIAS

ACO. *Desenvolvimento Sem Justiça*. Recife: Secretariado Geral do Nordeste II, 1967.

ACR. *Relatório da VIII Assembléia Geral da ACR*. Recife: Mimeografado, 1973.

ALVES, Márcio Moreira. *O despertar da revolução brasileira*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

COMBLIN, Joseph. *A Nova Prática da Igreja no Sistema de Segurança Nacional*. Documento da XV Assembléia Geral da CNBB. Itaiç: Mimeografado, 1977.

CRESPO, Padre Paulo. "Apresentação". In, *PRORURAL: Começo de Segurança de Vida para o Homem do Campo: Lei Complementar n. 11 ao Alcance do Povo*. Recife: CNBB-NE, Setor Rural, 1973.

- ETR. *Estatuto do Trabalhador Rural, Lei n. 4.214 de 02 de maio de 1963*. Cadernos do Camponês n. 2. Recife: FETAPE, 1963.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- IANNI, Octávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.
- INPS. "O Direito de Ser Trabalhador Rural". *Boletim Informativo do INPS*, v. IV, n. 32, p. 4 a 14, 1971.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Ciclo de greves na agroindústria açucareira: Pernambuco, 1964 a 1968. *Caderno CRH*, v. 22, n. 56, pp. 381 a 398, 2010.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Práticas instituintes e experiências autoritárias: o sindicalismo rural na Zona da Mata de Pernambuco, 1950-1974*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. "Cabra marcado para morrer: entre a história e a memória". In, Mariza de Carvalho Soares e Jorge Ferreira (Orgs.). *A história vai ao cinema*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MOORE JR., Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- NEVES, Mozart Borba. Uma Experiência com o Bóia Fria. *Ensaio de Opinião*, n. 2+9, p. 63 a 68, 1979.
- SCOTT, James C. (2002). "Formas cotidianas da resistência camponesa". *Raizes*, v. 21, n. 01, pp. 10 a 21. ISSN 0102-552X.
- SCOTT, James C. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven: Yale University Press, 1990.
- SENNET, Richard. *Respeito: A formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SERVAT, Padre José e Equipe da ACR. *Um Grito no Nordeste: A ACR no Brasil - 1965/1978*. Recife, Secretariado da ACR do Brasil., 1978.
- SILVA, José Francisco da. PROTERRA: Manifestação Preliminar da CONTAG. *Reforma Agrária*, v. 1, n. 8, 1971.
- SILVA, José Francisco da. Mensagem aos Trabalhadores Rurais do Brasil. *Reforma Agrária*, v. 1, n. 6, p. 2 a 6, 1971a.
- SILVA, José Francisco da. *Depoimento de José Francisco da Silva, Presidente da CONTAG, à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o PROTERRA*. Brasília, Câmara Federal, 1975.
- SILVA, José Francisco da. Atuação dos Sindicatos junto aos Trabalhadores Rurais. *Ensaio de Opinião*, n. 2+9, p. 38 a 40, 1979.

SILVA, José Francisco da.. *Discurso de Abertura no 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas*. Brasília: CONTAG, Mimeografado, 1979a.

SILVA, José Gomes da. *A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

Recebido em: 15 de março de 2011

Aceito em: 19 de outubro de 2011